

BRASIL, MÉXICO, COLÔMBIA E O COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO PERÍODO DE 2005 A 2017¹

Julia Corina²

Michelly Luz³

Resumo: No combate ao narcotráfico a fragilidade e porosidade das fronteiras geram grandes discussões sobre qual seria a forma mais eficiente a ser empregada no combate ao tráfico de substâncias psicoativas entre os governos do Brasil, do México e da Colômbia. O tema do narcotráfico representa uma das grandes preocupações em termos de estabilidade e segurança interna na América Latina, principalmente para estes três países. Logo, este trabalho pretende investigar se é possível apontar quais foram os efeitos causados pelo narcotráfico na política externa como também sua influência na definição das políticas domésticas de segurança no período de 2005 a 2017. Para tanto, será realizado um estudo qualitativo das políticas de segurança dos três países por meio de uma revisão de literatura de caráter documental.

Palavras-chave: Narcotráfico, Segurança Internacional, Cooperação, América Latina.

INTRODUÇÃO

Dando início ao contexto do narcotráfico, voltamos até 1839, ano em que deu início a guerra entre China e Grã-Bretanha na chamada Primeira Guerra do Ópio. Já a Segunda Guerra do Ópio, em 1850, teve a participação da França. O conflito teve início quando a China, a fim de proteção interna, resolveu estreitar mais ainda as relações com os ingleses, que dependiam fortemente do Porto de Cantão para comercializar com outros países. Ao sofrer medidas protecionistas por parte da China, a Grã-Bretanha viu como alternativa a venda de ópio para a população chinesa. Isso acarretou no vício e dependência desse produto pelos chineses, se tornando uma epidemia.

Assim, em 1839, em forma de protesto, a China confiscou e destruiu toneladas de ópio inglês. Essa ação, considerada uma afronta à soberania britânica e também aos seus interesses comerciais, fez com que os ingleses enviassem tropas armadas até Cantão. Dessa forma, deu-se início à Primeira Guerra do Ópio, com a China sendo derrotada pela Grã-Bretanha.

Já a Segunda Guerra do Ópio, se iniciou como uma resposta ao ataque inglês e suas medidas impostas à China. A França entrou com apoio militar aos ingleses, devido ao assassinato

¹ Orientador: Prof. Dr. Adriano Pires de Almeida – Professor do curso de Relações Internacionais e coordenador do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás.

² Aluna de graduação do curso de Relações Internacionais da PUC Goiás e membro do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás.

³ Aluna de graduação do curso de Relações Internacionais da PUC Goiás e membro do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás.

de um missionário francês em 1850 pelos chineses. Pela segunda vez, a China saiu derrotada, sendo forçada a assinar o Tratado de Tianjin, que impunha medidas à China, tais como abertura de portos para o comércio internacional e pagamento de indenizações.

A partir da Conferência de Haia ou Convenção Internacional do Ópio, de 1912, assinada pela Alemanha, China, Estados Unidos da América (EUA), França, Itália, Japão, Países Baixos, Pérsia, Portugal, Reino Unido, Rússia e Tailândia, o controle às drogas ganhou atenção internacional, passando a ser regulamentadas, inicialmente pelas Liga das Nações e posteriormente pela ONU. A Conferência de Haia foi o primeiro tratado internacional com esse fim, sendo os EUA o membro idealizador, visando abrir discussões sobre a questão das drogas e sua produção em âmbito interno dos países.

Na Conferência de Haia os países acordaram que a questão das drogas era sim um problema, mas que a restrição à exportação traria perdas para todas as economias, uma vez que o comércio de drogas alimentava e ainda alimenta uma indústria multinacional, que também contribui consideravelmente para o crescimento da economia. Dessa forma, como esse campo se tornou efetivamente um problema, ficou estabelecida a proibição à produção e exportação das drogas, mas ao mesmo tempo, ficou aberta aos governos a interpretação sobre essas proibições no âmbito doméstico.

Vemos a partir disso que o tráfico de drogas já existia, mas não sob a terminologia de narcotráfico, termo que passou a ser adotada no contexto do pós-Guerra Fria. Antes disso, não se tinha uma visão do problema das drogas nas proporções que se tem atualmente e é notório o grande impacto que hoje se tem a questão das drogas, principalmente no cenário internacional. Nessa temática, a América Latina desempenha um papel de protagonismo, pois tem os principais polos produtores e fornecedores de droga do mundo, dentre eles o Brasil, a Colômbia e o México.

Na América Latina, os problemas de ordem social e econômica como, por exemplo, o desemprego e a falta de investimentos em educação, proporcionam ambientes propícios para o surgimento e crescimento do tráfico de drogas, desencadeando outros problemas, os quais o Estado enfrenta diariamente. Estes problemas estão estreitamente relacionados ao grande contingente de pessoas que migraram para regiões urbanas em busca de melhores condições de vida. Com isso, os desafios dos Estados aumentaram consideravelmente, gerando assim, a necessidade de criar políticas de manutenção e controle da sociedade.

A complexidade do tema encontra-se nos diversos níveis de atuação em que o narcotráfico atingiu, pois possuem vínculos estreitos com o tráfico de armas e de pessoas, lavagem de dinheiro, corrupção, criminalidade urbana e, em alguns casos, como o terrorismo, constituindo fator de desestabilização política para alguns países. Os problemas que o tráfico de drogas desencadeia são

diversos, tanto em plano doméstico quanto no plano externo. Neste sentido, Herz (2002, p. 22) destaca que:

O mundo, no período após a Guerra Fria, enfrenta diversas mudanças em termos políticos, econômicos, sociais e ambientais. A aparição de novos atores internacionais, com capacidade de influenciar a condução das relações internacionais e o advento de novas ameaças aos Estados, que transcendem os problemas tradicionais de segurança, conforma uma nova realidade sem precedentes.

Logo, sabendo da existência de novos atores, como também de novas ameaças, foi necessária a busca de alianças e ações multilaterais, a fim de confrontá-las.

Com o fim da Guerra Fria, em 1989, os EUA, considerados a maior potência mundial, viram a necessidade de criar “novos inimigos”. O narcotráfico foi, neste contexto, considerado, em alusão aos Estados socialistas do período de Guerra Fria, um novo símbolo do “mal” adotado pelos EUA, criando assim um discurso ou uma justificativa para poder intervir na América Latina, o maior produtor e fornecedor de substâncias psicoativas para a população estadunidense. Assim, esse “novo inimigo” passou a ocupar o lugar que até então pertencia aos Estados socialistas.

É importante mencionar que mesmo antes da Guerra Fria, os EUA já utilizavam de um discurso xenófobo, para conter a entrada de mexicanos e afrodescendentes que chegavam ao seu território. O argumento empregado por eles incriminava os imigrantes, sob a perspectiva que os mesmos se tornassem agressivos com o consumo de drogas, e, por consequência, colocaria a vida de sua população em risco. Sendo assim, os EUA aproveitaram do seu poderio no cenário internacional para poder interferir de forma coercitiva nas políticas adotadas por outros Estados.

Os EUA passaram a dedicar na criação de políticas no combate ao narcotráfico, não só em política doméstica, mas também nos maiores países produtores de drogas, com foco na América Latina, pois segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODOC), é ainda hoje o principal fornecedor para os estadunidenses. O objetivo era acompanhar o crescimento do narcotráfico para contê-lo, assim como conter crimes transnacionais, além de ameaças a comunidade internacional, que serão abordadas mais a frente. Esses crimes de fronteira afetam o meio internacional como um todo, porque transcendem questões internas, e as políticas estadunidenses, como a criação do Plano Colômbia⁴, conseguiram realizar avanços nesse sentido.

⁴ De acordo com Silva (2018, p. 125), “O Plano Colômbia foi elaborado em conjunto pelos governos colombiano e americano. Projetado para contar com 7,5 bilhões de dólares, foi aprovado pelo Congresso norte-americano e tinha três componentes principais: I. quatro bilhões de dólares desembolsados pelo governo colombiano para investimentos sociais e substituição de plantios de coca para a população afetada pela violência; II. 1,3 bilhão de dólares desembolsados pelo governo americano para a assistência técnica, militar e financeira para o combate ao tráfico na Colômbia; III. 1,7 bilhão de dólares desembolsados por países europeus para a paz. O Congresso americano aprovou o desembolso de 1,3 bilhão, sendo 860,3 milhões destinados à Colômbia e outros 329 milhões divididos entre Bolívia, Peru e Equador”.

Ao contrário do que é muitas vezes divulgado pela mídia, o narcotráfico não é e nem tem uma estrutura padrão e organizada. Não possui normas precisas ou definidas, tendo caráter flutuante e flexível, variando de acordo com a transição de facção para facção. Deste modo, o narcotráfico se mantém devido ao avanço da tecnologia e à globalização, que são alicerces fundamentais para sua manutenção, expansão e faturamento.

O CASO DO BRASIL

O primeiro relato de maconha no solo brasileiro se deu com a chegada dos escravos africanos. A maconha era a droga usada nas favelas pelos mais pobres. Já a droga consumida pelas elites era a cocaína. O primeiro traficante brasileiro, conhecido como “rei da maconha”, foi registrado em 1950. O “rei da maconha” distribuiu drogas no eixo Rio de Janeiro-São Paulo por aproximadamente de 11 anos. Desse modo, com o passar do tempo o uso da maconha se “popularizou” de modo que ela se tornou a droga mais comum em todas as classes sociais.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o uso de anfetamina e entorpecentes se disseminou por todas as camadas sociais. Havia facilidade no acesso a essas drogas, pois eram vendidas em laboratórios farmacêuticos. Com o crescente número de usuários vieram às restrições a sua comercialização dessas drogas o que provocou o início de uma série de furtos aos laboratórios farmacêuticos produtores de anfetamina e as importações ilegais.

As condições em que o país se encontrava há alguns anos, com altos índices de desemprego, propiciou melhores condições para que o narcotráfico se instalasse na sociedade brasileira, de maneira que mais pessoas aderissem ao tráfico de drogas. Dessa forma, o Brasil teve que enfrentar o aumento da marginalização de grupos sociais, principalmente os de classe social média e baixa, o que favoreceu o crescimento da criminalidade em torno do tráfico de drogas.

Ao longo do século XX o Brasil apresentou resistência ao tema das drogas. De modo que, a Lei dos Tóxicos, a primeira lei brasileira que criminalizava o tráfico de drogas foi criada somente em 1976. Essa Lei tornou o tráfico de drogas um crime inafiançável. Como o tema das drogas passou a integrar as relações internacionais e para facilitar os planos de contenção foi necessário distinguir os países entre produtores e consumidores daqueles que realizavam o seu transporte. Em função disso, em meados dos anos 1980 o governo brasileiro passou a prestar mais atenção ao problema do tráfico de drogas.

Neste sentido, é importante mencionar que a preocupação do Brasil com o tráfico de drogas se deu pela criação a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas da OEA (CICAD), em 1986. Os objetivos da CICAD eram: prevenir o abuso de drogas ilícitas e a

lavagem de dinheiro, auxiliar os Estados a melhorar as leis e o combate às drogas. Além disso, Procópio Filho e Costa Vaz (1997, p. 38) ressaltam que:

O documento também ressalta a importância da cooperação internacional no intercâmbio de informações, arrecadação de provas e evidências, visando o desmantelamento das organizações criminosas e de suas redes de apoio, o processamento e condenação de seus líderes. Também se refere à necessidade de estabelecer mecanismos de controle interno e regional de precursores e substâncias químicas, segundo a Convenção de Viena de 1988 e o regulamento da própria CICAD, além do controle de armas e explosivos. O Brasil assinou o referido documento em janeiro de 1997.

No início de 2004 o Brasil ratificou a Convenção contra o Crime Transnacional Organizado, aprovada pela ONU no final dos anos 2000. Deste modo, ficou determinado que qualquer grupo organizado com três pessoas ou mais, que tiverem objetivos de obter lucros deveria ser classificado como crime organizado. Em 2001 ocorreu o lançamento da Política Nacional Antidrogas no Brasil e a criação da Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais (COCIT) no Itamaraty. Em 2005 o Brasil e a OEA assinaram um acordo para a implantação de projetos de cooperação horizontal. A Lei de Drogas de 2006, não considera crime que usuários e dependentes plantem e portem drogas desde que para o seu consumo, já a pessoa que compra ou produz visando lucros prescreve crime.

Entre 2011 e 2014, o governo brasileiro investiu cerca de R\$ 3,6 bilhões em ações do Programa de Políticas sobre Drogas. Os investimentos foram destinados a prevenção, tratamento e desenvolvimento de pesquisas alternativas para lidar com usuários e pela conscientização da população sobre os problemas causados pelo uso de drogas. Neste sentido, pode-se dizer que o governo deu passos importantes no combate ao narcotráfico. O tema passou a ser pauta da agenda interna e externa, além de ser uma questão recorrente em reuniões do Brasil e seus países vizinhos, principalmente pela dificuldade dos governos para conter o tráfico em suas fronteiras.

O Brasil é dos países que tenta combater o narcotráfico e o crime organizado, pois além de ter uma localização estratégica para a rota do tráfico, existe uma indústria de crime organizado que atua no país e que envolve o tráfico de armas, de pessoas, etc. que afeta diretamente a sua segurança pública e que acarreta graves complicações internas para os países vizinhos.

Como dito anteriormente, as proporções que o narcotráfico atingiu são enormes. No Brasil, isso não se difere, uma vez que o tráfico de substâncias psicoativas se tornou relevante no âmbito de sua política e economia interna e externa. E por ser rota privilegiada para o tráfico, o governo brasileiro se viu na responsabilidade de mostrar maiores interesses, aos parceiros europeus e aos Estados Unidos, seu engajamento no combate ao narcotráfico, uma vez que este poderia ser prejudicial para manutenção dessas relações.

O Brasil hoje é um dos maiores centros que produz, consome, importa e exporta drogas para diversos países, principalmente por estar em posição geográfica estratégica. Por essas razões, outros Estados pressionam o governo brasileiro nessa questão, para que o país se posicione de forma mais dura no combate ao tráfico de drogas, criando políticas e medidas que atinjam resultados satisfatórios. No entanto, ao longo dos últimos anos, percebe-se a inoperância do governo brasileiro, em âmbito doméstico, nessa questão.

O governo brasileiro procura desenvolver estratégias de apoio a Colômbia no combate ao narcotráfico. Mas, o apoio às iniciativas colombianas é baseado no princípio de não intervenção, pois o combate ao narcotráfico é um assunto interno e a menos que o governo colombiano solicite, não é autorizada nenhuma intervenção externa no país.

O Brasil e a Colômbia firmaram um acordo para combater o narcotráfico nos territórios de ambos os países no início de 2017. O reforço na segurança na fronteira entre os países visava impedir a ação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) de modo que foram adotadas medidas de cooperação para combater crimes transfronteiriços como o tráfico de pessoas e o garimpo ilegal que são considerados mecanismos utilizados no tráfico de drogas.

O CASO DO MÉXICO

O narcotráfico no México teve início no estado de Sinaloa, que ficou conhecido como “Cartel de Sinaloa”, por meio de imigrantes chineses que cultivavam a papoula e repassaram o modo de produção aos camponeses. Nesse período, os EUA e o México realizaram um tratado, sobre a produção da papoula em lugares específicos no território mexicano, uma vez que o interesse estadunidense em seu cultivo era para fins medicinais, no período da Segunda Guerra Mundial.

O Cartel de Sinaloa surgiu em 1980 e foi criado por um dos traficantes mais poderosos do mundo, El Chapo. Depois de sua passagem pelo Cartel de Guadalajara e com conhecimento sobre rotas, transporte e produção de drogas, El Chapo empreendeu o seu próprio “negócio”. Atuando em mais de 50 países, sua estrutura conta com a participação da polícia e membros da segurança mexicana.

Segundo o UNODOC, a disputa entre Cartéis pelo domínio da rota de drogas para os EUA causou um banho de sangue, no início de 2005 foram registrados mais de cem mortos. Essa é considerada a rota de drogas mais lucrativa do mundo. Esse conflito causou tensão nas relações do México com os EUA.

Naquela ocasião, o México pediu para que os EUA assumissem parte da responsabilidade no problema já que era ele o maior mercado consumidor de drogas na região de fronteira, além de fornecer armas para grupos e milícias. Em resposta, o Departamento Americano Antidrogas afirmou que os conflitos e problemas internos relacionados ao narcotráfico, são consequências da ineficácia das autoridades mexicanas que estão ligados à corrupção.

Devido a pressões do governo dos EUA o governo mexicano lançou a operação “México Seguro”, o objetivo era capturar os chefes dos Cartéis mexicanos que iniciaram uma guerra contra o Estado. Porém, essa operação teve efeito contrário de modo que o número de violência contra a população aumentou consideravelmente.

Assim que assumiu o governo do México em 2006, o presidente Calderón declarou, conforme aponta Aguilar (2012) e Castañeda (2010), guerra ao narcotráfico para conseguir apoio popular. Suas alegações tinham cunho político, os números do consumo não tinham aumento nos últimos 10 anos.

Um dos principais objetivos era desmembrar grupos de traficantes e reforçar o exército nas fronteiras. Com efeito, 25 líderes do tráfico foram mortos ou capturados. Desse modo, Rodrigues (2012) destaca que a participação do México na guerra as drogas não é uma “mera sujeição à agenda de segurança hemisférica estadunidense”, e a adesão ao “proibicionismo” só deu por terem ideias convergentes.

No ano de 2007, o presidente Calderón decidiu aceitar ajuda externa e juntamente com o presidente dos EUA, George W. Bush. O presidente mexicano buscou apoio em uma cooperação bilateral com o objetivo de fortalecer o combate ao narcotráfico e aumentar a segurança no país. Em 2008, foi anunciada a “Iniciativa Mérida”, voltada para combater o narcotráfico, crimes transnacionais e o tráfico de armas e pessoas no México. Essa Iniciativa contava com o apoio estadunidense por meio dos serviços de inteligência e treinamentos.

De acordo com Velázquez e Schiavon (2009), como um há um oligopólio de organizações que controlam o tráfico de drogas nas fronteiras mexicanas, expandindo sua atuação para o mercado estadunidense. Essas organizações simbolizam uma ameaça à segurança nacional do México e dos EUA. A Iniciativa Mérida busca atender interesses de ambos os países em torno do combate ao narcotráfico.

Com a posse de Calderón no final de 2006, foram registrados 62 homicídios, em 2007, 2 mil em 2008, 6 mil, em 2009, 9 mil. A média da taxa de homicídios é de 25 mortes para cada 100 mil habitantes. O aumento da violência decorrente do narcotráfico e crescente participação da mídia possibilitou uma maior percepção do cenário de insegurança que predominava no país. Porém, no norte do país, área mais afetada pela violência, onde está localizada a Ciudad Juárez na

região norte é a cidade mais perigosa de todo o mundo. No Estado de Chihuahua a taxa de homicídios atingiu a marca alarmante de 143 mortes para cada 100 mil habitantes.

Existem dificuldades para demarcar os efeitos da violência causada pelo narcotráfico por ser um país em que os civis sofrem diariamente com a violência, com casos de assassinatos, sequestro, extorsão, ameaças a população, e rupturas na estrutura social, isso acaba gerando outros problemas como violência doméstica, suicídio e disfunção familiar. Com o estabelecimento dos cartéis mexicanos de drogas, o país registrou impactos na economia e no aumento nos índices de violência nas periferias.

De acordo com Robles, Calderón e Magaloni (2013), as consequências do narcotráfico na economia mexicana devem ser analisadas a partir dos índices de emprego, de desemprego e de investimentos. Como consequência disso, o Produto Interno Bruto (PIB), que é calculado pela soma de bens e serviços de um país, acaba sendo afetado negativamente. Além disso, é importante ponderar que se os níveis de violência não são tão altos, os gastos econômicos com segurança diminuem refletindo no mercado de trabalho. Por outro lado, se os níveis de violência aumentam seus impactos refletem nos agentes econômicos e na oferta de trabalho.

A cooperação EUA-México conseguiu ter avanços mínimos diante da proporção do narcotráfico, principalmente quando os números de violência continuam a crescer. A Iniciativa Mérida, o suporte oferecido pelo governo norte americano e a guerra contra as drogas não entregaram os resultados esperados mais uma vez.

Todavia, os recursos destinados à supressão da oferta dentro e fora dos Estados Unidos são ainda mais de três vezes superiores aos dos programas de redução da demanda, enquanto que do lado mexicano o governo mexicano insiste no seu foco de combate militarizado. Uma reavaliação das estratégias em curso parece necessária em face dos desafios, mas de nenhum lado da fronteira há sinais encorajadores de que isso venha a ocorrer.

UMA ANÁLISE DO NARCOTRÁFICO NA COLÔMBIA E SUA INFLUÊNCIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Trazendo a temática do tráfico de drogas para a América do Sul, pode-se analisar a questão do narcotráfico na Colômbia, mostrando o papel do Estado colombiano, como também dos EUA na tentativa de combatê-lo. Para isso, será abordado principalmente o Plano Colômbia, uma das principais medidas adotadas para combater o narcotráfico no país. Medida essa idealizada e iniciada pelos EUA, que retrata a relação bilateral entre os países.

Para falar do narcotráfico na Colômbia, é necessário identificar alguns pontos que mostram como se deu o processo do tráfico de drogas. Primeiramente, desde o princípio, a Colômbia presenciou relações de diversos segmentos, sendo político, geográfico, como também religioso. Segmentos estes que apresentavam oposição entre eles e também com o Estado. Segundo Pecaut (1997), houve ao longo dos anos certa negligência do governo colombiano quanto ao processo de tornar a Colômbia uma nação. Em seu trabalho, Pecaut (1997) afirma que devido a esse desinteresse, o Estado foi se revelando despreparado de cumprir com seu papel, criando assim uma cultura da ilegalidade e hostilidade. Em razão disso, pode-se ver a ação de grupos paramilitares e narcotraficantes.

Alguns fenômenos da sociedade colombiana, a princípio, se mantinham separados antes do narcotráfico tomar as proporções que tomou nas últimas décadas. O narcotráfico potencializou fenômenos como a violência das guerrilhas e dos paramilitares, a corrupção, e a desinstitucionalização do país. Houve, no entanto, o que Santos (2011) aponta como um período de relativa paz e prosperidade na Colômbia. Isso se deu início nas primeiras décadas do século XX até meados dos anos de 1940, período em que sua economia era impulsionada pela exportação de café e também dependente de investimentos norte-americanos no setor petrolífero e mineiro.

Todavia, essa prosperidade econômica não conseguiu atingir a todos. O acirramento entre liberais e conservadores quanto à proposta de descentralização política do Estado, provocou uma revolta nas classes popular e média. Assim, Santos (2011) confirma que essa revolta levou a conflitos sangrentos e também ao rompimento entre liberais e conservadores.

Devido a estes acontecimentos, foram se formando grupos armados de esquerda. Neste sentido, Dario (2010 p. 40) destaca que:

A datar de 1960, no apogeu da Guerra Fria e da Doutrina de Segurança Nacional dos EUA, o país viu surgir grupos guerrilheiros de esquerda, seguidos do aparecimento de organizações paramilitares de direita que passaram a estabelecer combates entre si e com o Estado.

A partir disso, pode-se dizer que as FARC como um dos maiores atores dentro do conflito em território colombiano, sendo um grupo fundamental para entender a guerra civil na Colômbia. Devido aos conflitos armados, a concorrência (entre liberais e conservadores) ao poder na Colômbia foi, naquele período, fator principal que potencializou o surgimento de economias ilícitas do narcotráfico e também do contrabando. Apesar do narcotráfico gerar violência, corrupção, lavagem de dinheiro, formação de crime organizado, há certo interesse do governo colombiano na “economia da droga”, pois proporciona maior movimento econômico interno do país. Dessa forma, o governo colombiano se omitiu no combate do tráfico de drogas. Em função

disso, o enorme crescimento do narcotráfico permitiu a ascensão dos cartéis colombianos de drogas que posteriormente se tornaram ameaças violentas para a sociedade civil, o governo e para a economia do país.

De acordo com Valencia (2005, p.79), “No final da década de 1980, a Colômbia transforma-se em um caso único no mundo, onde eram cultivadas, dentre outras, a coca, a maconha e a papoula”. Entretanto, Rojas (2006, p. 41) destaca que:

Ainda que as FARC sejam criadas oficialmente em 1966, suas origens remontam ao final da década de 1940, quando se organizam ao longo do país, especialmente no departamento de Tolima, as primeiras autodefesas campesinas liberais e comunistas para conter a expansão territorial armada, liderada pelos latifundiários durante a Violência Famosa.

Além disso, Leongómez (2005, p. 41) pontua que:

E em 1964, em um ataque do exército colombiano, com o apoio do governo estadunidense, ao território de Marquetalia, uma zona de autodefesa, levou à transformação dos grupos de autodefesa em grupos guerrilheiros móveis que se dispersaram pela região de Riochiquito.

No entanto, por volta nos anos de 1980, as FARC passaram a adquirir outras características e outras finalidades. As FARC na busca por lucros dos setores da agricultura, petróleo, ouro, pecuária e narcotráfico agiam de forma violenta. Com isso, as FARC expandiram e desenvolveram seu território, mudando assim a dinâmica do conflito.

Ao perceber o desenvolvimento dos narcotraficantes, os Estados Unidos viram necessidade de alterar sua política em relação à intervenção na Colômbia. A compra ilegal de votos e o clientelismo foram fatores pontuais para esse desenvolvimento, vistos pelos EUA do quão a situação da vida colombiana se encontrava frágil. Segundo Santos (2011, p.25),

Na segunda metade da década de 1990, as FARC passaram a contar com a economia da droga como principal fonte de recursos, possibilitando a manutenção de uma poderosa estrutura militar que passou de 3500 homens no final da década de 1980 para 18 mil no ano de 2000.

Diferente de outros grupos guerrilheiros ficou evidente, então, que as FARC não fariam qualquer tipo de acordo com o governo da Colômbia.

O PLANO COLÔMBIA

No início do século XXI, houve um aumento considerado na produção de coca na Colômbia, o que se tornou uma ameaça para os EUA como também para a Europa, pois crescem as chances da chegada de drogas nos países. Assim, o Plano Colômbia a princípio tinha o objetivo de promover a paz através do diálogo diplomático com os grupos guerrilheiros, principalmente as FARC. Logo, as forças colombianas se juntaram com o governo estadunidense para confrontar o narcotráfico. A finalidade era reduzindo a produção da coca em território colombiano, para que dessa forma diminuísse a distribuição para os EUA, principalmente.

No entanto, dados mostram que o Plano Colômbia resultou apenas no enfraquecimento das FARC e não cessou o narcotráfico. De acordo com Felipe (2018), mesmo com a adoção do Plano Colômbia, 95% da cocaína consumida ainda tem origem no país sul-americano. E, segundo o Departamento de Defesa, isso pode ter ajudado a ter diminuído a ação das FARC.

De acordo com Villa e Ostos (2005, p. 9), o alinhamento do governo colombiano à doutrina estadunidense, permitiu ao país atuar de maneira intervencionista na Colômbia, uma vez que:

O problema do narcotráfico na região foi elevado à agenda de segurança, deixando a esfera política, tornando-se um assunto securitizado pelos Estados Unidos da América a partir do momento em que considerou que o narcotráfico se equiparava ao terrorismo, dando ao problema feições de terrorismo e passando a identificá-lo como narcoterrorismo.

Dessa forma, o exposto acima é fundamental para melhor entender a noção do narcotráfico dentro da perspectiva geopolítica, como também da segurança internacional. Através disso, é possível compreender o funcionamento do tráfico de drogas dentro e fora da Colômbia, como também dos grupos guerrilheiros colombianos.

O Plano Colômbia, por sua vez, apresentou algumas dificuldades, devido ao surgimento desses grupos. Desse modo, em longo prazo, o Plano Colômbia pode não ter êxito. Logo, o narcotráfico não deve ser uma questão tratada de forma isolada, sem apresentar sua composição histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar como se deu o processo do narcotráfico no plano interno, assim como no âmbito da agenda internacional, com foco no Brasil, México e Colômbia. Foram abordados temas e reflexões fundamentais para a compreensão das relações internacionais, tais

como, cooperação internacional, agenda, segurança internacional. O México por sua vez sempre assistiu sangrentos conflitos causados pelos cartéis em decorrência do narcotráfico. Sua proximidade com os Estados Unidos fez com que se tornasse um dos maiores produtores e fornecedores de drogas de mundo.

Em consequência, o mercado norte americano se tornou o maior e o mais rentável. Após declarada a Guerra às drogas pelo presidente Calderón, o governo mexicano buscou apoio nos Estados Unidos e juntos lançaram a iniciativa Mérida, mas esse apoio não envolvia apoio militar, diferente do Plano Colômbia, voltado a capacitação, treinamento e serviço de inteligência. Essas iniciativas não tiveram êxito, mas sim o resultado oposto, os números de violência só cresciam acompanhando a repressão ao narcotráfico. Essa falta de controle e a desordem interna comprovam a ineficácia do governo de conter o problema no âmbito doméstico e externo.

Contrário ao México e da Colômbia, a tardia preocupação do Brasil com o tema do narcotráfico, após aderir a CICAD nos anos 1980, foram iniciadas as primeiras medidas de contenção. Posteriormente, a ONU criou a Convenção contra o Crime Transnacional Organizado para combater crime organizado e o narcotráfico. As iniciativas do Brasil para combater o narcotráfico internacional, a princípio, partiram de convenções e tratados internacionais com influência norte-americana.

A criação da lei das drogas em 2006 e nos anos seguintes os investimentos na prevenção e recuperação de usuários se mostra muito pequena diante do problema. Outro fator que dificulta o controle nas fronteiras é a posição estratégica do Brasil na rota do tráfico internacional, essa questão acaba sendo um obstáculo para que o governo cumpra metas internas, porque a droga perpassa por vários pontos do território que é extenso e nas regiões de fronteiras, os países vizinhos como a Colômbia, um dos mais importantes produtores e fornecedores de drogas da América latina. Na tentativa de combater crimes nas fronteiras, no ano passado esses países firmaram um acordo bilateral, mas, o mesmo ainda não foi ratificado.

Também foi exposta a noção geopolítica dentro da perspectiva do tráfico de drogas, para melhor compreender como foi e como é o funcionamento dos grupos guerrilheiros colombianos. A relação entre o que moral e o que é político foram, historicamente, estreitamente ligados através dos ideais estadunidenses. Por influência do seu poderio, os EUA conseguiam influenciar outros países por meio de medidas duras e também da diplomacia. Dentre essas medidas, teve a criação do Plano Colômbia, que visava interromper o tráfico de drogas, da cocaína principalmente, para território estadunidense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR V, Rubén; CASTAÑEDA, Jorge G. **Los saldos del narco**: el fracaso de una guerra. Punto de Lectura, México, 2012.

ARBEX Jr., José. **Narcotráfico**: um jogo de poder nas Américas. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

BERNADI, Bruno Boti. A Guerra Mexicana contra o Narcotráfico e a Iniciativa Mérida: Desafios e Perspectivas. Disponível em: <http://www.ibri-rbpi.org/?p=2583>. Acesso em 19 de outubro de 2018.

CASTAÑEDA, Rafael Rodríguez (coord.). *Los Generales*. **Temas de Hoy**. Cidade do México, 2010.

FELIPE, Leandra. **Plano Colômbia não interrompeu narcotráfico, mas “enfraqueceu as Farc”**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/04/120411_plano_colombia_1f. Acesso em 21 de outubro de 2018.

HERZ, Monica. *Política de Segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria*. **Estudos Avançados**. Set./Dez. 2002, v.16, n. 46, p. 80 e 88.

LEONGÓMEZ, E. P. *Las FARC-EP: ¿Repliegue estratégico, debilitamiento o punto de inflexión?* In: **Nuestra guerra sin nombre**. Bogotá, Grupo Editorial Norma, 2005.

POLANSKA, Malgorzata. *Homicides and organized violence in Mexico, 1990-2008*, **Voices of Mexico**, n. 87, Spring-Summer, México: CISAN-UNAM, pp. 95-100, 2010.

PROCOPIO FILHO, Argemiro; VAZ, Alcides Costa. *O Brasil no contexto do narcotráfico internacional*. **Rev. bras. polít. int.** 1997, vol.40, n.1, pp. 75-122. ISSN 0034-7329.

RICHARD, Ivan. **Governo investiu em quatro anos R\$ 3,6 bilhões no combate às drogas**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-04/governo-investiu-em-quatro-anos-r-36-bilhoes-no-combate-drogas-diz-senad>. Acesso em 19 de outubro de 2018.

RIVAS, Caio. **Ascensão do Tráfico e das Drogas no Brasil**. Disponível em: <https://caiorivas.jusbrasil.com.br/artigos/320444306/ascensao-do-traffic-e-das-drogas-no-brasil>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

ROBLES, Gustavo; CALDERÓN, Gabriela; MAGALONI, Beatriz (2013). **Las consecuencias económicas de la violencia del narcotráfico em México**. Disponível em: <https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/4679/Las%20consecuencias%20econ%C3%B3micas%20de%20la%20violencia%20del%20narcotr%C3%A1fico%20en%20M%C3%A9xico.pdf?sequence=1>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico e Militarização nas Américas**: Vício de Guerra. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 34, n° 1, pp 9-11, 2012.

SANTOS, Marcelo. **O conflito colombiano e o plano Colômbia**/ Elói Martins Senhoras, Julia Faria Camargo (organizadores). Boa Vista: Editora da UFRR, 2011.

SILVA, Caroline Cordeiro Viana. **Plano Colômbia:** securitização do narcotráfico pelos Estados Unidos da América. Disponível em:

<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2016/02/1-Plano-Col%C3%B4mbia-securitiza%C3%A7%C3%A3o-do-narcotr%C3%A1fico-pelos-Estados-Unidos-da-Am%C3%A9rica.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

SILVA, Luiza Lopes da. **A Questão das Drogas nas Relações Internacionais:** Uma Perspectiva Brasileira. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1028-Questao-das-Drogas-nas-Relacoes-Internacionais-A.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

VALENCIA, León. *Drogas, conflito e os Estados Unidos: a Colômbia no princípio do século.* **Diplomacia, Estratégia e Política.** Brasília, v. 1, n. 2, jan./mar. 2013.

VELÁZQUEZ, Rafael; SCHIAVON, Jorge. *La Iniciativa Mérida en el marco de la relación México-Estados Unidos.* **Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE)**, Documento de Trabajo n. 186, julio de 2009.

VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria Del Pilar. *As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança.* **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 48, n 2, 2005.